



Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará - 1º Grau

O documento a seguir foi juntado aos autos do processo de número 0005227-69.2019.8.06.0031 em 26/08/2020 20:53:59 por DIOGO ALTORBELLI SILVA DE FREITAS
Documento assinado por:

- DIOGO ALTORBELLI SILVA DE FREITAS

Consulte este documento em:
<https://pje-consulta.tjce.jus.br:443/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
usando o código: **20082614540500000000077383469**
ID do documento: **79045495**





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Alto Santo

Vara Única da Comarca de Alto Santo

Rua CEL Simplicio Bezerra, 32, Centro - CEP 62970-000, Fone: (88) 3429-1211, Alto Santo-CE - E-mail: altosanto@tjce.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0005227-69.2019.8.06.0031**
Classe: **Tutela Cautelar Antecedente**
Assunto: **Obrigações de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **Poliana Paula de Souza dos Reis**
Requerido: **Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará - PGE**

Vistos, etc...

Trata-se de *Ação de Obrigação de Fazer com preceito cominatório e pedido de tutela antecipada* promovido por **Poliana Paula de Souza dos Reis**, representando sua filha menor **Lara Ronise Sousa Santiago**, em face do **Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará - PGE**.

Alega a promovente que sua filha, menor, foi diagnosticada com escoliose grave toraco-lombar, necessitando de acompanhamento serviço terceiro lombar com intuito de procedimento cirúrgico em caráter de urgência, com possibilidade de agravamento do quadro atual. Além disso, requereu a concessão da tutela antecipada para determinar que o ente requerido realizassem a cirurgia ortopédica. Aduziu também, que recorreu ao judiciário como forma de garantir seu direito à saúde e à vida, prevê a Constituição Federal.

Decisão de fls.19/22 indeferiu o pedido liminar, nos termos requeridos na inicial.

O ESTADO DO CEARÁ, apesar de devidamente citado não apresentou contestação no prazo legal, conforme certidão de fls.26 e 29.

É o que importa relatar. Decido.

Analisando os autos, observa-se que o julgamento independe da produção de quaisquer outras provas, sendo suficientes os documentos já produzidos, por se tratar de matéria unicamente de Direito. Em consequência, impõe-se reconhecer que estamos diante de hipótese julgamento antecipado prevista no art. 355, I, do CPC.

Considerando o decurso do prazo legal para resposta sem manifestação da parte requerida, a despeito de devidamente citado (fls.26 e 29), **decreto a sua revelia**. Contudo, o efeito material da revelia não pode ser aplicado à Fazenda Pública. É que sendo indisponível o direito tutelado, não se pode admitir que a ausência de defesa gere presunção de que os fatos alegados pela autora são verdadeiros, isentando-o de produzir provas a este respeito.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Alto Santo

Vara Única da Comarca de Alto Santo

Rua CEL Simplicio Bezerra, 32, Centro - CEP 62970-000, Fone: (88) 3429-1211, Alto Santo-CE - E-mail: altosanto@tjce.jus.br

Seguindo o caminho apontado pelo Constituinte Originário, o legislador editou a Lei nº 8.080/90, que estabelece as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e funcionamento dos serviços correspondentes, estatuinto que:

“Art. 2º. A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado promover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

(...)

Art. 6º. Estão incluídos no campo de atuação do Sistema Único de Saúde – SUS:

I – a execução de ações:

(...)

d) de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;

(...)

VI – a formulação de política de medicamentos, equipamentos imunobiológicos e outros insumos de interesse para a saúde e a participação na sua produção;”

Art. 7º. As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde – SUS são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda os seguintes princípios:

I – universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;

II – integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;”

Portanto, de acordo com as normas constitucionais e legais acima referidas, infere-se que é dever do poder público, por suas três esferas (União, Estados e Municípios), prestar – especialmente aos que se encontram em situação de hipossuficiência financeira,



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Alto Santo

Vara Única da Comarca de Alto Santo

Rua CEL Simplicio Bezerra, 32, Centro - CEP 62970-000, Fone: (88) 3429-1211, Alto Santo-CE - E-mail: altosanto@tjce.jus.br

como no caso dos autos – a assistência necessária à promoção, proteção e recuperação da saúde das pessoas que se utilizem do Sistema Único de Saúde – SUS, incluindo-se aí os procedimentos cirúrgicos (art. 6º, inciso I, alínea “d” da Lei nº. 8.080/90), para que possam surtir os efeitos terapêuticos almejados.

Com efeito, o relatório médico de fls. 17 comprova a necessidade e urgência da intervenção cirúrgica, ressaltado inclusive, a possibilidade de complicações em caso de demora. Vale frisar que desde a citação, em abril de 2020 até a presente data, não há qualquer informação acerca do agendamento do procedimento.

Ademais, acostou declaração de hipossuficiência de recursos pela qual se conclui da necessidade do ente público acionado custear imediatamente a cirurgia ortopédica.

Outrossim, o direito à saúde, além de se qualificar como direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode se mostrar indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir – ainda que por censurável omissão – em grave comportamento inconstitucional (RE 271286 AgR).

Procedendo-se a uma interpretação harmônica dos referidos preceitos constitucionais, chega-se à ilação de que o intuito maior da Carta Magna foi o de assegurar a todo cidadão, independentemente de sua condição econômica e social, o direito à saúde, impondo para tanto, ao Estado, o dever constitucional de garantir, por meio de políticas sociais e econômicas, ações que possam permitir a todos o acesso à assistência médica e farmacológica.

Com efeito, o direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível e deve ser assegurado a generalidade dos cidadãos. O direito a saúde é direito que deve ser assegurado, pois, a todas as pessoas, porque representa, como pondera o eminente Ministro Celso Mello, "consequência constitucional indissociável do direito à vida" (RE 271.286-8 RS, 2ª Turma, j. em 12.09.2000, DJU 24.11.2000).

Portanto, cabe ao Estado assegurar, através dos recursos que se fizerem necessários ao tratamento da moléstia de que padece a parte, o direito à vida, permitindo aliviar o sofrimento e a dor de enfermidade reversível ou irreversível, garantindo ao cidadão o direito à sobrevivência.

Nesse sentido:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Alto Santo

Vara Única da Comarca de Alto Santo

Rua CEL Simplicio Bezerra, 32, Centro - CEP 62970-000, Fone: (88) 3429-1211, Alto Santo-CE - E-mail: altosanto@tjce.jus.br

“EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA - MEDICAMENTO - DIREITO À SAÚDE - DEVER DO ESTADO - SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE - PRELIMINAR - LEGITIMIDADE PASSIVA - REJEITADA - LEI Nº 8.080/90 - SEGURANÇA CONCEDIDA. 1. O Secretário Estadual de Saúde, na condição de gestor do sistema, é responsável pelo fornecimento de medicamentos no âmbito de sua circunscrição, independente da previsão em listas, restando patente a legitimidade passiva para a causa da autoridade apontada coatora, diante da negativa do fornecimento, a violar o direito da impetrante, como reconheceu o Superior Tribunal de Justiça, inclusive, no julgamento do Recurso Ordinário ajuizado no Processo nº 1.0000.13.052880-5/001, cuja relatoria nesta Corte me coube. 2. O intuito maior da Carta Magna foi o de assegurar a todo cidadão, independentemente de sua condição econômica e social, o direito à saúde, impondo para tanto, ao Estado, o dever constitucional de garantir, por meio de políticas sociais e econômicas, ações que possam permitir a todos o acesso à assistência médica e farmacológica. Segurança concedida. (TJMG - Mandado de Segurança 1.0000.16.060015-1/000, Relator(a): Des.(a) Teresa Cristina da Cunha Peixoto, 8ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 29/06/2017, publicação da súmula em 10/07/2017)”

“EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCESSÃO DA ORDEM. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. IDOSA. FRATURA DE FÊMUR. INTERNAÇÃO EM HOSPITAL ESPECIALIZADO. DEVER DO ESTADO. CONFIRMAR A SENTENÇA EM REEXAME NECESSÁRIO. - Segundo precedentes atuais de jurisprudência, constitui a saúde direito do cidadão, e incumbe solidariamente às pessoas jurídicas de direito público interno o fornecimento de medicamento, bem como o custeio do tratamento daquele que



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Alto Santo

Vara Única da Comarca de Alto Santo

Rua CEL Simplicio Bezerra, 32, Centro - CEP 62970-000, Fone: (88) 3429-1211, Alto Santo-CE - E-mail: altosanto@tjce.jus.br

careça de cuidados médicos para preservação ou restauração de sua higidez física e mental, desde que comprovada a necessidade e especificidade do tratamento. - O direito à saúde é um dos direitos fundamentais assegurados pela CF, não sendo permitido à Administração erguer barreiras burocráticas ensejando obstaculizar ou mesmo impedir o tratamento adequado ao cidadão carente, notadamente na hipótese em que o tratamento foi indicado por médico vinculado ao SUS. (TJMG - Remessa Necessária-Cv 1.0000.17.035123-3/001, Relator(a): Des.(a) Wander Marotta, 5ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 29/06/0017, publicação da súmula em 05/07/2017)''

Pelo acima exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido autoral para determinar que o **Estado do Ceará**, autorize, no prazo de 15 dias, proceda com a internação hospitalar de **Lara Ronise Sousa Santiago**, bem como o procedimento cirúrgico solicitado pelo médico, inclusive, internação, exames e materiais necessários ao tratamento da enfermidade, sob pena de multa diária de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) em caso de descumprimento.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Isento o Estado do Ceará das custas processuais nos termos do art. 4º, I, da Lei Estadual nº 15.834/11.

Sentença não sujeita ao duplo grau obrigatório, nos termos do § 3º, inciso II do art. 496 do Código de Processo Civil.

Após o trânsito em julgado, não havendo outros requerimentos, archive-se com as cautelas legais.

Cumpra-se.

Expedientes diversos.

Alto Santo/CE, 26 de agosto de 2020.

Diogo Altorbelli Silva de Freitas
Juiz de Direito